

Sumário

Nota dos autores à 16ª edição	23
Nota dos autores à 10ª edição	25
Prefácio	29
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento	33
1. Conceito e generalidades	33
2. Conteúdo e estrutura	35
2.1. Considerações iniciais	35
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial	36
2.3. Tentativa de autocomposição	37
2.4. Produção das provas orais	38
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas)	39
2.6. Sentença	40
2.7. Conversão do julgamento em diligência	40
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência	40
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	41
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão	44
6. A audiência pública	45
Capítulo 2 ► Teoria geral da prova e parte geral do direito probatório	51
1. Noções introdutórias	51
2. Acepções da palavra “prova”	52
3. Meios e fontes de prova	53
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova	54
5. Classificação da prova	57
6. Prova e busca da verdade	58
7. Finalidade da prova	64
8. Destinatário da prova	66
9. Objeto da prova	67
9.1. Observação preliminar	67

9.2.	Características do fato probando	68
9.2.1.	Controvérsia	68
9.2.2.	Relevância	68
9.2.3.	Determinação	69
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC)	69
9.3.1.	Fato notório	69
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	71
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência	71
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal	71
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas	72
9.3.3.3.	Presunções legais relativas	73
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	74
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	74
9.3.3.4.2.	A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética	76
9.3.3.5.	A necessidade de construção do conceito de presunções normativas. As presunções negociais	78
9.4.	Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas (“prova do Direito”)	79
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	81
10.	Regras da experiência, indícios e presunções	81
10.1.	As regras da experiência	81
10.1.1.	Generalidades	81
10.1.2.	Espécies de regras da experiência	83
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório	84
10.1.4.	Funções da regra da experiência	84
10.2.	Indícios e presunções judiciais	85
10.2.1.	Indícios	85
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções	86
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”)	89
10.2.4.	A prova <i>prima facie</i>	90
10.2.5.	Prova por amostragem	92
10.2.6.	Prova de uma história	97
11.	Procedimento probatório	97
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova	99
13.	Normas estruturantes do direito probatório	102

13.1. Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual	102
13.2. Aquisição processual da prova	113
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	113
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	114
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	115
13.4. Proibição de prova ilícita	117
13.4.1. Generalidades	117
13.4.2. Prova moralmente ilegítima.....	117
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima	118
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude.....	118
13.4.5. Provas ilícitas por derivação.....	119
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal.....	119
13.4.7. Prova ilícita negocial.....	120
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente.....	120
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade.....	122
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	122
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil.....	123
13.4.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens.....	124
13.4.13. Consequência da inadmissibilidade da prova por ilicitude	126
13.4.14. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade.....	128
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional.....	128
13.5.1. Generalidades	128
13.5.2. “Livre” convencimento motivado	129
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz	129
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório.....	129
13.5.3.2. Motivação racional	130
13.5.3.3. Motivação controlável	131
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal.....	131
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência	133
13.6. Ônus da prova.....	133
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	133
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	137
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	138
13.6.3.1. Generalidades.....	138
13.6.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	141
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	142
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	144

13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova.....	147
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	150
13.6.5.1. Generalidades.....	150
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais.....	152
13.6.5.2.1. Decisão motivada.....	152
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição	152
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa.....	154
13.6.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial.....	155
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz.....	155
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo	158
14. Prova emprestada	159
14.1. Generalidades	159
14.2. Respeito ao contraditório.....	160
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada.....	161
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça	161
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	161
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível.....	162
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova.....	163
16. Conexão probatória e cooperação jurisdicional nacional (art. 69, CPC).	167
Capítulo 3 ► Produção antecipada da prova	169
1. Generalidades	169
2. Natureza jurídica.....	171
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial	172
4. O processo de justificação.....	174
5. Competência	175
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem.....	177
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova	178
8. Citação dos interessados.....	178
9. Despacho inicial e esboço do procedimento.....	180
10. Produção antecipada da prova e interrupção da prescrição	181
11. Defesa e recursos.....	181
12. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	183
13. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo	184
14. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos	185

15. honorários advocatícios de sucumbência.....	186
Capítulo 4 ► Depoimento pessoal.....	189
1. Noções gerais.....	189
2. Espécies: o depoimento por provocação e o interrogatório.....	190
3. Depoimento do presentante e do representante.....	192
4. Recusa de depor.....	193
4.1. Noção.....	193
4.2. Escusa de depor.....	193
4.2.1. Noção.....	193
4.2.2. Direito ou dever de silêncio.....	194
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes.....	195
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional.....	198
4.2.5. Regra geral de escusa.....	200
5. Procedimento do depoimento.....	200
Capítulo 5 ► Confissão.....	203
1. Generalidades.....	203
2. Natureza jurídica.....	204
3. Distinções.....	205
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido.....	205
3.2. Confissão e admissão.....	207
4. Espécies de confissão.....	208
5. Eficácia da confissão.....	209
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados.....	211
7. A eficácia da confissão por representante.....	213
8. Irrevogabilidade da confissão.....	214
9. Invalidação da confissão.....	214
9.1. Generalidades.....	214
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo.....	215
9.3. O erro de fato como causa de invalidação.....	216
10. Indivisibilidade da confissão.....	218
Capítulo 6 ► Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa.....	219
1. Conceito de documento.....	219
2. Documento e prova documental.....	223

3. Prova documental e prova documentada.....	224
4. Importância da prova documental.....	228
5. Elementos do documento.....	229
5.1. Autoria do documento.....	229
5.1.1. Autoria material e autoria intelectual.....	229
5.1.2. Documento autógrafo e heterógrafo.....	230
5.1.3. Documentos públicos e particulares.....	231
5.1.4. Subscrição e identificação da autoria.....	231
5.1.5. Autenticidade.....	233
5.2. Conteúdo.....	234
5.3. Suporte.....	235
6. Documento e instrumento.....	237
7. Data do documento.....	238
8. Eficácia probatória do documento.....	240
8.1. Introdução.....	240
8.2. Força probante dos documentos públicos.....	240
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	240
8.2.2. A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”.....	242
8.2.3. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC).....	244
8.2.4. O documento público irregular (art. 407, CPC).....	246
8.3. Força probante dos documentos particulares.....	248
8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, <i>caput</i> , CPC).....	248
8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC).....	250
8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados.....	251
8.3.4. Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	252
8.3.5. Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	253
8.3.6. Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC).....	254
8.4. Originais, cópias, certidões e traslados.....	255
9. Ata notarial (art. 384, CPC).....	260
10. Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade.....	263
11. Documento eletrônico.....	265
11.1. Noção.....	265
11.2. Segurança e confiabilidade.....	267
11.3. O processo em autos eletrônicos.....	271

11.4. O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	273
12. <i>Blockchain</i>	274
12.1. O que é <i>blockchain</i>	274
12.2. Segurança e imutabilidade	277
12.3. Transparência	279
12.4. <i>Blockchain</i> como prova atípica	279
12.5. <i>Ethereum</i> e a ampliação do uso da <i>blockchain</i>	282
13. Produção da prova documental	283
13.1. Momentos da proposição e da produção da prova. O “ <i>document dump</i> ” como ilícito processual.....	283
13.2. Juntada posterior de documentos.....	286
13.3. Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC).....	287
13.4. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC)	288
14. Meios de obtenção da prova documental	289
14.1. Requisição de documentos (art. 438, CPC)	289
14.2. Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC).....	292
14.2.1. Generalidades	292
14.2.2. Pedido de exibição formulado em face da parte adversária.....	293
14.2.3. Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular.....	298
14.2.4. Exibição de documentos e produção antecipada de prova.....	300
14.2.5. Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule	302
15. Arguição de falsidade.....	303
15.1. Noção.....	303
15.2. Natureza jurídica e finalidade.....	304
15.3. Legitimidade e interesse	305
15.4. Procedimento.....	306
Capítulo 7 ► Prova testemunhal.....	309
1. Noções gerais.....	309
2. Admissibilidade da prova testemunhal	310
3. Capacidade para testemunhar	312
3.1. Generalidades	312
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017.....	313
3.3. Impedidos de testemunhar.....	316
3.4. Suspeitos para testemunhar.....	317
3.5. O art. 228 do Código Civil.....	318
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.....	318

4. Direito ao silêncio.....	319
5. Local e tempo do testemunho.....	319
6. Juntada do rol e intimação da testemunha.....	322
7. Substituição da testemunha.....	324
8. Procedimento de colheita do depoimento.....	325
8.1. Método de inquirição	325
8.2. Qualificação e contradita.....	325
8.3. Compromisso e escusa de depor	326
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz.....	326
8.5. Testemunho em língua estrangeira e em Libras.....	329
8.6. Dever de urbanidade	329
8.7. Testemunhos em conferência (<i>witness conferecing</i> ou <i>hot tubbing</i>)	330
8.8. Testemunho por escrito (<i>witness statement</i>).....	331
9. Documentação do testemunho.....	332
Capítulo 8 ► Prova pericial.....	335
1. Conceito e generalidades	335
2. Fontes da prova pericial	338
3. Espécies de perícia.....	340
4. O perito e o assistente técnico	342
4.1. O perito e suas funções	342
4.2. Requisitos para escolha do perito.....	346
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. <i>Expert teaming</i>	351
4.4. Escusa e recusa do perito.....	352
4.5. Substituição do perito.....	354
4.6. Assistente técnico e suas funções	355
4.7. Quadro comparativo	356
5. Admissibilidade.....	357
6. Procedimento de produção da prova pericial.....	359
6.1. Requerimento ou determinação de ofício	359
6.2. Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos	360
6.3. Realização da perícia. A “teleperícia”.....	362
6.4. Conteúdo do laudo pericial	364
6.5. Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito	366
7. Perícia em local diverso	369
8. Perícia simplificada	370
9. A cadeia de custódia e sua aplicação no processo civil	371

10. Escolha consensual do perito	373
11. Valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia”	374
12. Despesas.....	379
Capítulo 9 ► Inspeção judicial	385
1. Noção.....	385
2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção.....	385
3. Inspeção como prova principal e única.....	386
4. Fonte da inspeção	386
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado.....	387
6. Inspeção de pessoa (terceiro)	387
7. Inspeção direta e indireta	388
8. Inspeção indireta como perícia informal	388
9. Partes assistidas por <i>expert</i>	389
10. Local da inspeção.....	389
11. Participação das partes na produção da prova.....	389
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	390
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo	390
14. Manifestação sobre resultado da prova	391
Capítulo 10 ► Decisão judicial.....	393
1. Nota introdutória.....	393
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais	394
2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	394
2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular.....	394
2.2.1. Generalidades	394
2.2.2. Sentença.....	394
2.2.3. Decisão interlocutória.....	396
2.3. As decisões proferidas em órgão colegiado.....	397
2.4. Decisões unipessoais proferidas em tribunal.....	398
3. A sentença como norma jurídica individualizada.....	398
4. Elementos da decisão judicial.....	402
4.1. Introdução	402
4.2. Relatório.....	402
4.3. Fundamentação	403
4.3.1. A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação.....	403
4.3.2. Racionalidade e controlabilidade	406

4.3.3.	Integridade e coerência	409
4.3.4.	O conteúdo da fundamentação.....	409
4.3.4.1.	Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito..	410
4.3.4.2.	Fundamentação de fato e fundamentação de direito.....	411
4.3.5.	Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB).....	417
4.3.5.1.	Introdução.....	417
4.3.5.2.	O propósito do art. 20 da LINDB.....	418
4.3.5.3.	Estrutura normativa	419
4.3.5.3.1.	Postulado hermenêutico.....	419
4.3.5.3.2.	Dever de motivação.....	423
4.3.5.3.3.	O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC.....	425
4.3.5.4.	O dever de considerar as consequências práticas da decisão	425
4.3.5.4.1.	Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos	425
4.3.5.4.2.	Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão	427
4.3.5.5.	Conclusão do ponto e balanço crítico.....	432
4.3.6.	Decisão sem fundamentação.....	433
4.3.6.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	433
4.3.6.2.	Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC).....	433
4.3.6.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I).....	435
4.3.6.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II)	438
4.3.6.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III)	442
4.3.6.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV).....	443
4.3.6.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V).....	447
4.3.6.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI)	449
4.3.6.2.7.	Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado.....	451

4.3.6.2.8.	Outros exemplos.....	451
4.3.6.2.9.	Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organi- zação do processo prevista no art. 357, CPC.	456
4.3.6.3.	Consequência da ausência de fundamentação	457
4.3.6.4.	O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatórios	459
4.3.7.	A fundamentação e a coisa julgada	459
4.4.	Dispositivo	463
4.4.1.	Conceito.....	463
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença.....	467
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença.....	470
5.	Requisitos da decisão judicial	472
5.1.	A congruência da decisão judicial.....	472
5.2.	A congruência externa	473
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC.....	473
5.2.2.	A congruência objetiva	476
5.2.2.1.	Decisão <i>ultra petita</i>	476
5.2.2.2.	Decisão <i>extra petita</i>	480
5.2.2.3.	Decisão <i>citra petita</i>	483
5.2.2.3.1.	Generalidades	483
5.2.2.3.2.	Espécies de decisão <i>citra petita</i>	484
5.2.2.3.3.	Problemas específicos da decisão <i>citra petita</i>	488
5.2.3.	A congruência subjetiva	489
5.3.	A congruência interna	492
5.3.1.	Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	492
5.3.2.	Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional.....	493
5.3.3.	Liquidez.....	497
5.3.4.	Clareza e coerência	503
6.	Interpretação da decisão judicial.....	506
7.	Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	513
8.	Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissi- bilidade.....	515
8.1.	As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”.....	515
8.2.	Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão pro- visória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito)	518
9.	A decisão e o fato superveniente.....	520
9.1.	O art. 493 do CPC	520
9.2.	Causa de pedir e causa de defesa supervenientes	522
9.3.	Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	528

9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	530
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória	531
11. Conteúdo da decisão	537
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção	537
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo	538
11.2.1. Introdução	538
11.2.2. Decisões condenatórias	541
11.2.3. Decisões constitutivas	544
11.2.4. Decisões meramente declaratórias	547
12. Efeitos da decisão judicial	549
12.1. Eficácia principal	549
12.2. Eficácia reflexa	550
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato)	551
12.3.1. Generalidades	551
12.3.2. Hipoteca judiciária	553
12.4. Eficácia probatória	557
13. Decisão determinativa	559
14. Publicação, retratação e integração da decisão	561
Capítulo 11 ► Precedente judicial.....	565
1. Noções fundamentais.....	565
1.1. Decisão, precedente e <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	565
1.2. <i>Obiter dictum</i> (ou <i>dictum</i>)	568
1.3. Identificação da <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	571
1.4. Espécies de decisão e precedente	575
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente.....	575
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente	575
2. A norma do precedente	576
3. Eficácia jurídica do precedente	578
3.1. Precedente como <i>ato-fato jurídico</i>	578
3.2. Efeitos dos precedentes.....	579
3.2.1. Generalidades	579
3.2.2. Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	580
3.2.3. Precedente com eficácia persuasiva.....	581
3.2.4. Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões.....	582
3.2.5. Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico	583
3.2.6. Precedente com eficácia autorizante	584
3.2.7. Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante.....	585
3.2.8. Precedente que permite revisão de coisa julgada	586

3.3.	Precedentes obrigatórios no direito brasileiro.....	587
3.3.1.	Generalidades	587
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	589
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	589
3.3.2.2.	Precedentes cuja ratio decidendi foi enunciada em súmula.....	590
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	591
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	592
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro.....	593
3.4.1.	Princípio da legalidade.....	594
3.4.2.	Princípio da igualdade.....	594
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	596
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	597
3.4.5.	Princípio do contraditório.....	598
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção.....	599
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais.....	600
4.1.	Generalidades	600
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	601
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável.....	602
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	603
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade.....	603
4.5.1.	Premissas.....	603
4.5.2.	Dever de coerência	606
4.5.2.1.	Generalidades.....	606
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	609
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica.....	609
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	610
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	611
4.5.3.	Dever de integridade.....	612
5.	A dinâmica do precedente.....	615
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado.....	615
5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	619
5.3.	Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	623
5.3.1.	Generalidades	623

5.3.2.	<i>Overruling</i> difuso e <i>overruling</i> concentrado.....	625
5.3.3.	Fundamentação do <i>overruling</i>	626
5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente	629
5.3.5.	Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (<i>signaling</i>). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB).....	631
5.3.6.	Superação antecipada (<i>anticipatory overruling</i>)	638
5.3.7.	Superação parcial (<i>overriding</i>)	639
6.	A “súmula vinculante”	640
Capítulo 12 ► Coisa julgada.....		645
1.	Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada.....	645
2.	A coisa julgada como efeito jurídico.....	647
3.	Pressupostos para a formação da coisa julgada.....	648
4.	Fundamento constitucional da coisa julgada	649
5.	Coisa julgada formal	649
6.	Coisa julgada e tríplice identidade	650
7.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	652
8.	Coisa julgada e negócios processuais	653
9.	Limites objetivos da coisa julgada.....	655
9.1.	Generalidades	655
9.2.	Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	655
9.2.1.	Questão principal e questão incidental.....	655
9.2.2.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	656
9.2.3.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu.....	657
9.3.	Questão principal expressamente decidida.....	658
9.4.	Decisão de mérito	659
9.5.	Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial.....	659
9.6.	Decisões de conteúdo processual e coisa julgada.....	662
9.7.	Incidentes processuais e coisa julgada	665
9.8.	Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	666
9.8.1.	Conceito de questão prejudicial	666
9.8.2.	Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida.....	667
9.8.3.	Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolutivo do recurso.....	669
9.8.4.	Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental.....	669

9.8.5.	Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	670
9.8.5.1.	Objecção de impertinência	670
9.8.5.2.	Objecção de ausência de contraditório	670
9.8.5.3.	Objecção de incompetência	672
9.8.5.4.	Objecção de cognição insuficiente.....	673
9.8.5.5.	Objecção de ausência de remessa necessária.....	673
9.8.6.	Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental.....	674
9.8.7.	Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental.....	675
9.8.8.	Questão prejudicial principal	675
9.8.9.	A sobrevivência da ação declaratória incidental	675
9.8.10.	Ação declaratória autônoma	676
9.8.11.	Direito transitório.....	677
9.9.	Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	677
10.	Limites subjetivos da coisa julgada	678
10.1.	Regra geral.....	678
10.2.	Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros.....	679
10.3.	Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	681
11.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	684
12.	Limites temporais da coisa julgada	687
12.1.	Generalidades	687
12.2.	Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	688
12.3.	Instrumentos de controle da coisa julgada.....	693
12.4.	Teoria da relativização atípica da coisa julgada	694
13.	Coisa julgada e ações concorrentes	698
Capítulo 13 ► Tutela provisória.....		699
1.	Noções gerais	699
1.1.	Tutela definitiva: satisfativa e cautelar.....	699
1.2.	Características da tutela cautelar	700
1.2.1.	Referibilidade e temporariedade.....	700
1.2.2.	A coisa julgada cautelar.....	701
1.3.	Síntese	704
2.	“Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva.....	705
2.1.	Generalidades	705
2.2.	Características	706
2.3.	Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar.....	707
3.	Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais	708

3.1.	Introdução terminológica.....	708
3.2.	Fundamento: urgência ou evidência.....	710
3.3.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	711
3.4.	Legitimidade.....	713
3.5.	Cabimento.....	716
3.6.	Momento da concessão.....	718
3.6.1.	Considerações iniciais.....	718
3.6.2.	Liminarmente.....	719
3.6.3.	Na sentença.....	722
3.6.4.	Em grau recursal.....	722
3.7.	Manifestação do requerido.....	723
3.8.	Instrução.....	724
3.9.	Decisão.....	725
3.10.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo.....	726
3.11.	Recurso.....	728
3.12.	Efeitos antecipáveis.....	728
3.13.	Forma de efetivação.....	730
3.14.	Concessão de ofício.....	734
4.	Tutela provisória de urgência.....	735
4.1.	Considerações iniciais.....	735
4.2.	Pressupostos gerais.....	737
4.2.1.	Probabilidade do direito.....	737
4.2.2.	Perigo da demora.....	738
4.3.	Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	741
4.4.	Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente.....	744
4.5.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada).....	746
4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro.....	746
4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada....	748
4.5.2.1.	Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente.....	749
4.5.2.2.	Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva.....	749
4.5.2.3.	Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente..	751
4.5.2.4.	Inércia do réu.....	752
4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.....	755
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada.....	756
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitoria.....	757

4.5.5.	Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente	758
4.5.6.	Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência	760
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	761
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	764
5.	Tutela provisória de evidência	765
5.1.	Conceitos fundamentais	765
5.2.	Pressupostos	767
5.2.1.	Noções iniciais	767
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte	768
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	773
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito	776
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente	778
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	779
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual	779
6.2.	Panorama doutrinário	781
6.3.	Panorama jurisprudencial	785
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009)	788
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público	790
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária	792
Capítulo 14 ► Processo Estrutural		795
1.	Histórico do assunto	795
2.	Conceitos	797
2.1.	Problema estrutural	797
2.2.	Processo estrutural	801
2.3.	Decisão estrutural	803
3.	Características	804
3.1.	Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade	804
3.2.	Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	809
4.	Procedimento	810
4.1.	Flexibilidade intrínseca e consensualidade	810
4.2.	As duas fases do processo estrutural: o <i>standard</i> do processo falimentar	811
4.2.1.	Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	811

4.2.2.	Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural ...	812
4.2.2.1.	Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	813
4.2.2.2.	Decisões em cascata.....	820
4.3.	Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	821
4.3.1.	Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto.....	821
4.3.2.	Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros.....	824
4.3.3.	Atipicidade dos meios probatórios.....	826
4.3.4.	Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	826
4.3.5.	Atipicidade da cooperação judiciária.....	828
4.4.	Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas	830
	Bibliografia	833